



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/11/2013



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3 - 4
1.3. PRESIDÊNCIA.....	5 - 6
1.4. SEM ASSUNTO.....	7
1.5. TJ-MA 200 ANOS.....	8 - 10
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADORES.....	11
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. SEM ASSUNTO.....	12 - 14
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. TJ-MA 200 ANOS.....	15 - 16
4.2. VARAS CRIMINAIS.....	17

Continuação da capa

Independência do Brasil alterou a estrutura da Justiça no Maranhão

Mudanças marcantes decorreram da legitimação da soberania brasileira com a Constituição de 1824, escrita depois da cisão com a antiga metrópole portuguesa dois anos antes; primeira sede própria foi na Rua da Palma

Divulgação

Em 1818, a Relação do Maranhão foi transferida para sua primeira sede própria, localizada no edifício que pertencia ao antigo Real Fisco, hoje 1º Distrito de Polícia Civil da capital. O endereço da corte, em casarão colonial no cruzamento das antigas Rua da Relação (14 de Julho) com Rua da Palma (Herculano Parga), só viria a mudar após a proclamação da República.

O primeiro presidente da Relação do Maranhão, desembargador Antonio Rodrigues Vellozo, responsável pela aquisição da sede, era paulista. Veio a exercer o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia, tendo sido responsável pela reconstrução daquele hospital. Por esse motivo, foi homenageado com uma tela de autoria desconhecida, restaurada e mantida em exposição permanente no Salão Nobre do Tribunal de Justiça.

A independência do Brasil, em 1822, e a edição da Constituição de 1824 acarretaram mudanças marcantes na organização judiciária brasileira. O Judiciário foi alçado à condição de Poder de Estado. A nova Carta instituiu os juízes de paz e juízes de direito, na primeira instância, e na segunda, os tribunais de relação das províncias, para julgamento de recursos de sentenças, e o Supremo Tribunal de Justiça, para revisão de causas e conflitos de jurisdição.



Des. Antonio Rodrigues: 1º presidente da Relação do Maranhão

Esse acontecimento marcou a passagem da antiga estruturação judiciária do século XVII para um novo modelo, característico do período Imperial.

República - Em 1891, sobreveio nova alteração na organização judiciária. E novamente, o tribunal passa para outra se-

de, desta vez um sobradão colonial no cruzamento da antiga Rua Formosa (Afonso Pena) com Rua Direita. Aí foi instalado com o nome de Superior Tribunal de Justiça, sendo eleito para presidente o desembargador Carlos de Andrade Peixoto. As obras raras do acervo da biblioteca da corte ain-

da são preservadas em estantes antigas com a inscrição "STJ", detalhe que confunde os visitantes do Palácio da Justiça, desavisados sobre os pormenores de sua história.

Nova reestruturação judiciária viria a rebatizar o órgão com o nome de "Corte de Apelação", em 1934. Em 1947, finalmente, a corte estadual, assim como as demais, passaram a ser chamados de "Tribunal de Justiça", nomenclatura vigente até os dias atuais. O regime militar implantado em 1964 não alterou essa última nomenclatura, permanecendo assim até os dias atuais. A sede atual só veio a ser inaugurada em 7 de março de 1948, na Praça D. Pedro II, onde permanece funcionando.

A solenidade de entrega do prédio foi prestigiada pelo general Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, e se tornou um grande acontecimento para a época. O nome dado ao Palácio da Justiça homenageia o jurista e legislador cearense Clóvis Beviláqua, que iniciou sua carreira na magistratura em 1883, ao ser nomeado promotor público da comarca de Alcântara, e se notabilizou pela autoria do anteprojeto do primeiro Código Civil Brasileiro de 1916.

Alguns fatos relevantes marcaram a história da corte no curso do bicentenário. Em 1976, chega ao TJ a primeira

Mais

- **A ação do TJMA** na comunidade foi impulsionada pelo desenvolvimento de uma gama de projetos sociais. As atividades realizadas com a supervisão de magistrados promovem os direitos nas áreas da infância e juventude, encarcerados, família e da mulher.

- **Para disseminar** esses serviços na comunidade, o tribunal tem investido em ações publicitárias voltadas para o público em geral, com a implantação de diversos canais de comunicação com a sociedade, o principal deles, a Ouvidoria do Poder Judiciário, que recebe e orienta os cidadãos em audiências públicas nos bairros.

- **Em dois séculos de** história, o Tribunal de Justiça do Maranhão contabiliza diversos avanços e segue firme no cumprimento do seu papel institucional de promover a pacificação social e garantir a prestação da Justiça a todo cidadão maranhense.

mulher a ocupar o cargo de desembargador. Judith de Oliveira Pacheco tomou posse em 30 de setembro de 1976, abrindo caminho para outras. De modo que hoje o colegiado conta com sete mulheres e elegeu, em 16 de outubro deste ano, a primeira mesa diretora composta exclusivamente por mulheres.

As atividades judiciais da comarca de São Luís funcionaram na sede administrativa do centro até o dia 4 de setembro de 1988, data de inauguração da sede-própria do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, com a transferência das varas judiciais para a nova sede. Este ano, o fórum da capital completou 25 anos de funcionamento, concentrando 50 unidades judiciais da comarca, além de setores admi-

nistrativos e de apoio à atividade jurisdicional.

Com boa parte do seu quadro de magistrados renovado por jovens magistrados, o Tribunal de Justiça do Maranhão chega aos 200 anos de existência totalmente renovado pela modernização de sua estrutura física, informatização dos seus serviços e renovação do quadro de pessoal administrativo pelo primeiro concurso público para servidores em geral, realizado em 2005.

A implantação da distribuição eletrônica de processos em todas as varas judiciais e o Processo Judicial Digital nos juizados especiais, dinamizou a tramitação dos processos e adaptando a prestação da Justiça às novas necessidades da sociedade pós-moderna.

Gestão de Edivaldo Jr. chega ao 10º mês entre crises e denúncias

Política 3

Em 10 meses de gestão, Edivaldo Jr. enfrenta crises e desgastes por denúncias

Até o momento, sete secretários foram substituídos pelo prefeito após denúncias de corrupção ou crises na estrutura de governo; ele ainda é alvo de 10 ações na Justiça

Ronaldo Rocha
 Da editoria de Política

O prefeito Edivaldo Júnior (PTC) completou em outubro o décimo mês à frente da administração pública municipal de São Luís. Sem conseguir cumprir ou sequer dar início às principais promessas de campanha e em meio a crises no núcleo do poder, o petecista chega com a imagem desgastada ao alcançar mais de 20% de sua gestão. Além de graves denúncias de corrupção e das disputas partidárias por espaços na Prefeitura, Edivaldo enfrenta 10 ações judiciais, o que equivale a um processo na Justiça a cada mês de administração cumprido.

O desgaste à imagem do prefeito, que mantém forte ligação e cede espaços importantes da Prefeitura ao presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB), começou logo na montagem do secretariado. Partidos que apoiaram a campanha eleitoral de Edivaldo Júnior, PCdoB, PDT e PSB, reivindicaram participação expressiva na Prefeitura, o que fez com que ele divulgasse apenas listas parciais de secretários. Logo de início, pelo menos três indicados desistiram de assumir secretarias ao perceberem o caráter predominantemente político e não técnico da administração como era divulgado por aliados.

De janeiro até a última segunda-feira, outros sete titulares deixaram a estrutura de governo, ou por escândalos e denúncias de corrupção, ou por não terem conseguido alcançar as metas traçadas pelo prefeito.

Defecções - Além de Allan Kardec Duailibe Filho (PCdoB), substituído na Secretaria Municipal de Educação (Semed) pelo também comunista Geraldo Castro (PCdoB), que até então ocupava o cargo de assessor especial do prefeito e aguardava a criação da Secretaria Municipal de Habitação, deixaram a administração petecista Myrian Aguiar, da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Fabíola Aguiar, da mesma pasta, posteriormente substituída por Carlos Rogério; Vinicius Nina, da secretaria de Saúde, substituído por César Félix; Deborah Baesse, da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, trocada por Andrea Lauande; Felipe Camarão, substituído na Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) por Antônio Araújo e o também assessor especial do prefeito Ted Lago, que



Edivaldo Jr. já trocou sete auxiliares em menos de um ano de gestão

Substituição de secretários

PASTA	SAIU	ENTROU
Semed	Allan Kardec	Geraldo Castro
SMTT	Myrian Aguiar	Fabíola Aguiar
SMTT	Fabíola Aguiar	Carlos Rogério
Semus	Vinicius Nina	César Félix
Semcas	Deborah Baesse	Andrea Lauande
Semurh	Felipe Camarão	Antônio Araújo
D.Econômico	Ted Lago	[sem substituto]

Prefeito acumula uma ação a cada mês de sua gestão

Após ter alcançado o décimo mês de administração em São Luís e com secretários envolvidos em escândalos, denúncias e suspeitas de corrupção, o prefeito Edivaldo Júnior tornou-se alvo de 10 ações judiciais, o que equivale a um processo para cada mês de gestão.

As representações movidas por entidades de classe e pelo vereador opositorista Fábio Câmara (PMDB) foram protocoladas na Procuradoria Geral de Justiça, Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça (TJ) e no Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Até o mês de setembro, eram seis as representações, que denunciavam, entre outras irregularidades, a prática de improbidade administrativa, nepotismo e solicitavam investigação em contratos milionários firmados com a dispensa de licitação.

As pastas que mais são alvo de denúncias e investigação são as de Saúde, Educação e Obras e Serviços

Públicos. Essa última por dispensas de licitação de R\$ 16 milhões sob suspeita de favorecimento a pessoas ligadas ao secretário José Silveira, que pode inclusive ser demitido por Edivaldo nos próximos dias.

Antes disso, e que pode até ter motivado a queda de Allan Kardec Duailibe da Semed, havia sido protocoladas ações no Ministério Público Estadual e no TCE por conta de três contratos com dispensa de licitação que juntos somam cerca de R\$ 10 milhões.

Fábio Câmara representou o prefeito, o ex-secretário Allan Kardec e as empresas Greentech Engenharia Ltda e Transporte Premium Ltda, além da Clasi Comércio e Representações Ltda, sob a suspeita de favorecimento. "O que nos chama a atenção é a quantidade de dispensas por situação de emergência feita pelo prefeito, já no cargo há 10 meses", disse Câmara.

Maís

Entre as promessas de campanha não cumpridas pelo prefeito e cobradas pela população estão a implantação do bilhete único na capital; a instalação de GPS nas paradas de ônibus; a reativação do Programa Leite nas Escolas; escolha do local e início das obras do hospital Dr. Jackson Lago; construção de moradias populares e obras de mobilidade urbana, como o alargamento e construção de novas vias na capital, que teriam por objetivo diminuir congestionamentos em horários de pico.

abandonou o projeto após ter conhecimento da forma traumática como havia sido demitido o médico Vinicius Nina.

Ted Lago assumiria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, ainda não criada. A forma como Vinicius Nina foi demitido, inclusive, além de resultar em um pedido de demissão de Ted Lago, foi repudiada pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) do Maranhão, que divulgou nota pública exigindo desculpas públicas do prefeito da capital, o que nunca ocorreu.

Além dos secretários e membros do primeiro escalão da Prefeitura de São Luís, repercutiu em grande escala a demissão do secretário adjunto de Administração e Finanças da Secretaria Municipal de Educação (Semed), Paulo Guilherme de Araújo, que havia sido importado da Embratur. Ele era indicado de Dino para a pasta, mas não resistiu a denúncias e deixou a Semed.

No balanço de ações, o prefeito também enfrenta desgastes junto à população, uma vez que não conseguiu dar início ou cumprir promessas de campanha. No dia 9 de janeiro, o prefeito convocou a imprensa e anunciou 314 metas e 80 ações para os 120 primeiros dias de gestão.

Já no dia 11 de abril, ao fazer um balanço dos primeiros 100 dias, ele anunciou novas metas, desta vez para mais 30 dias. Logo em seguida, no dia 27 de maio, sem conseguir cumprir as promessas anunciadas anteriormente, ele lançou o "Pacto por São Luís", que serviria para traçar novas metas com base nos "indicadores sociais levantados pelo Movimento Nossa São Luís".

Por fim, o prefeito estabeleceu novos prazos e metas, no dia 2 de setembro, ao lançar o programa "Avanço São Luís", que reúne as mesmas metas a curto e médio prazo já anunciadas por sua administração.

“Pai herói”

FERNANDA GUERREIRO

... **Eu poderia** começar a te dizer pai, o grande mestre que você é na vida profissional, porém não precisa, pois o senhor é sabedor disso.

O Maranhão inteiro e mais uma parte da nação brasileira reconhece o quanto és um "marco no mundo jurídico".

É por essas e outras, que me inspirei profissionalmente em você. Hoje sou uma simples advogada criminalista, que muito ainda tenho que aprender com a sua imensa sabedoria.

Entretanto, tenho que relatar, nesta minha pequena homenagem, o grande pai que o senhor é: um pai amigo, um pai justo, um pai fiel, um pai divertido e muitas outras características que não iriam dar para colocar, pois o espaço é pequeno.

Para muitos aqui no Maranhão, a característica de "pai divertido", que mencionei, seria um grande impacto, até pela sua profissão jurídica, em que para muitos, o senhor aparenta ser "sério", o famoso "cara fechada".

Na verdade, para mim Fernanda Guerreiro, meus irmãos Antonio Guerreiro Neto, Camilla Guerreiro, Antonio Guerreiro Junior Segundo, Rennata Guerreiro, seu genro Marcelo Mota, sua nora Paula Guerreiro, seus netos Maria Fernanda, João Gabriel e Maria Manuela, bem como familiares, e amigos que convivem com você na sua vida particular, podemos dizer que esta é uma das características que lhe compõe, com toda certeza.

Hoje, neste dia especial, o dia do seu aniversário, o Maranhão inteiro precisa saber que dentro dele existe um grande Guerreiro, um herói, ou melhor, meu pai herói.

Feliz aniversário!

.....
Advogada, OAB (Ma) 6.950
fnandaguerreiro@bol.com.br

Lições de humildade



O desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que faz aniversário neste domingo, recebe elogios dos colegas desembargadores pela trajetória histórica consagradora e pelas lições de humildade, competência, ética e probidade administrativa na presidência do Tribunal de Justiça, conquistando o respeito e a admiração da classe jurídica maranhense.

Na presidência da Corte, Guerreiro Júnior agiu sempre como um democrata e não se afastou da heroica função de defensor intransigente das causas que dignificam a magistratura e a Justiça.

Alternativo

TJMA fará festa pelos 200 anos amanhã

Página 1

Dois séculos de Justiça

Terceira corte mais antiga do país, o Tribunal de Justiça do Maranhão completa amanhã seu bicentenário; comemoração terá noite solene, com homenagens e exposição de fotos

“**D**ois séculos fazendo Justiça”. O aforismo dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão resume a trajetória institucional dessa corte estadual de segunda instância, que comemora o bicentenário de sua instalação amanhã, às 19h. Haverá noite solene de homenagens no Centro de Convenções de São Luís. Uma exposição de documentos históricos e fotos exalta o passado e presente da terceira mais antiga corte de Justiça do Brasil.

A origem desse tribunal de apelação remonta ao período colonial, quando o príncipe regente português Dom João VI ditava as regras da organização dos serviços judiciários em uma vasta área territorial, ainda dividida em capitanias hereditárias. Naquela época, apenas duas cortes de Justiça funcionavam no Brasil: a da Bahia (1619), a mais antiga, e a do Rio de Janeiro (1751). A primeira jurisdição era a das capitanias do Sul e a segunda, de todo o Nordeste.

Em meados do século XIX, a Capitania do Maranhão reunia as vilas de Alcântara, Aldeias Altas, Vinhais, Icatu, Guimarães, Viana, Monção, Paço do Lumiar e São Luís, que não contava com mais de 18 mil habitantes. A Colônia passava por profundas mudanças nos campos político e econômico, notadamente em relação à administração da Justiça, e o clima era de transição da condição de “Brasil-corte” para “Brasil-reino”.

Colônia – Segundo os registros da história, os entraves na aplicação da Justiça colonial eram

um grande desafio. Além das enormes distâncias em relação à sede administrativa da monarquia, das longas e penosas viagens por mar e terra, havia constantes intrigas entre autoridades civis, religiosas e os magistrados. A insatisfação popular com a morosidade e a parcialidade na solução dos conflitos judiciais contribuíam para o clima de instabilidade junto à população.

Esse era o cenário existente, quando, em 28 de agosto de 1811, Dom João editou a Resolução Régia criando a “Relação do Distrito de São Luís do Maranhão”. O Regimento do novo colegiado foi publicado em 5 de maio de 1812 e posto em execução em 13 do mesmo mês - data natalícia do príncipe regente. Segundo esse mesmo alvará, extinguiu a Junta de Justiça, presidida pelo governador da capitania, com o auxílio do relator, do Ouvidor-Geral, e do “juiz de fora”, autoridades judiciais que cuidavam da administração local dos conflitos.

A “Relação do Maranhão”, primeiro nome recebido pelo TJ-MA, exercia jurisdição sobre as comarcas do Maranhão, Pará, Rio Negro, Ceará e Piauí e de suas decisões cabia recurso à Casa de Suplicação de Lisboa, e não à Casa de Suplicação do Brasil, tribunal de terceira instância instalado no Rio de Janeiro, sede administrativa do Brasil no período colonial, onde eram recebidas as apelações oriundas das capitanias.

Composição - O corpo funcional da “Relação do Maranhão” era composto pelo governador

e capitão-general, como presidente, que não votava nem assinava sentença; um chanceler e dez desembargadores. O ato régio em que se declara a criação do Tribunal e nomeação dos seus membros ao governador do Maranhão (Almirante Paulo d Silva Gama – o “Barão de Bagé”) fora publicado na edição de 14 de maio de 1812 do jornal “Gazeta do Rio de Janeiro”.

Os magistrados foram chamados de desembargadores porque integravam o “Desembargo do Paço”, órgão julgador criminal vinculado à Casa de Suplicação do Brasil, onde eles despachavam e “desembargavam” as apelações em casos de condenação com pena de morte nas quais os acusados pediam clemência ao rei. Essa denominação é utilizada atualmente, para designar os juízes de instâncias superiores da Justiça estadual e federal.

Os detalhes curiosos acerca da instalação foram narrados pelo desembargador aposentado e historiador Milson Coutinho no livro *História do Tribunal de Justiça do Maranhão – Colônia – Império e República*. Os vencimentos dos membros da corte foram fixados em 600 mil réis e a eles eram proibidos de “adentrar o recinto do tribunal armados” e receber “presentes”. O Regimento determinava ainda que, “antes de despachar, os ministros da Relação ouviriam missa celebrada por um capelão”.



Prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão, na Praça Pedro II, em São Luís; abaixo, registro de sessão histórica realizada pelo STJ



Mais

O tribunal foi instalado no dia 4 de novembro de 1813, provisoriamente, na antiga Casa de Câmara e Senado, hoje prédio da Prefeitura Municipal, na Praça Pedro II, centro de São Luís. Tomaram posse apenas cinco dos seus 10 membros. Encontra-se na Biblioteca do Tribunal a Ata de posse dos seus membros fundadores, com os autógrafos respectivos, encabeçados pelo chanceler.

XX Jornada Jurídica do Curso de Direito da Universidade Ceuma é realizada com sucesso de público

A vigésima edição da Jornada Jurídica do Curso de Direito da Universidade Ceuma foi um grande sucesso. Durante três dias, os participantes puderam ampliar seus conhecimentos nas palestras, conferências, minicursos e mostras científicas que foram realizadas durante o evento. A jornada aconteceu de 29 a 31 de outubro, no Hotel Luzeiros, com o tema "Estado, Direito Penal e Segurança Pública: perspectivas para a efetividade do controle social".

A abertura, no dia 29, teve a presença da Sra. Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Dra. Assusete Magalhães, que ministrou a conferência "A jurisprudência penal do Superior Tribunal de Justiça". Ainda participaram desse momento o coordenador científico da jornada, o Prof. Dr. Roberto de Carvalho Veloso, e o desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, do TRF da 1ª Região.

No dia 30, pela manhã, ocorreu a II Mostra Científica do Curso de Direito (Salão Igarité I) e o II Concurso de Artigos Científicos (Salão Igarité II). Pela tarde, ocorreu o lançamento dos livros do Prof. Esp. Edson José Travassos Vidigal, intitulado "Poder de Polícia", e do Prof. Me. Luigi Lo Monaco, com os títulos "Direito ao Trabalho Decente" e "Ateísmo Moderno".

A programação foi encerrada na quinta-feira (31), com a Premiação do II Concurso de Artigos e a II Mostra Científica. Em seguida, houve a conferência "Políticas Públicas de Segurança no Brasil do Século XXI", ministrada pelo Prof. Dr. Ricardo de Brito Freitas, Doutor em Direito, professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e da Faculdade Damas da Instrução Cristã, e procurador da Justiça Militar.



Ministra do STJ, Dra. Assusete Magalhães, Prof. Dr. Roberto Veloso e o desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca



Os professores Edson José Vidigal e Luigi Lo Monaco no lançamento de seus livros



Reitor Marcos Barros presidiu à mesa de honra na abertura da XX Jornada Jurídica

***** "Eita" que o Agente X9 e os leitores do Extra são 'pés quentes' mesmo! Fechou a coluna passada por volta do meio-dia de sábado e "apostou formalmente" na conquista do acesso para a Série B, feita pelo Sampaio Corrêa na tarde/noite do mesmo dia. Escreveu o resultado antes do início do jogo, por pura convicção, confiança e segurança na 'Bolívia Querida'.**

***** Viram os aproveitadores de situação, todos querendo tirar proveito do desempenho do Sampaio Corrêa na Série C e seu acesso para a 'B 2014'?! Até a governadora colocou boné e camisa da 'Bolívia' e posou pra 'coluna PH', dizendo ser a mais fiel torcedora do Sampaio, desde criança. Tanto foi assim, que o Jornal Extra postou a tal foto, na sua capa, chamando a governadora de "Rose(bolivi)ana"...**

***** No quesito: se não bastasse o oportunismo da Assembleia Legislativa, na pessoa de seus deputados, aí me vem a Câmara Municipal de São Luís, também puxar brasa pra "seu tubarão", colocando tapete vermelho, verde e amarelo, além de honrarias pra diretoria e jogadores do Sampaio. Na "foto oficial" da sessão, apareceram como "torcedores fanáticos" da 'Bolívia Querida', papagaio, periquito e até "pavão".**

***** Ainda no quesito: mas nada a se comparar com o vereador "Falábia na Câmara", que não conformado apenas com a "sessão especial tricolor", ainda se "infiltrou" na 'comitiva boliviana' que foi convidada a tomar 'cafezinho' no Palácio dos Leões, com "Rose(bolivi)ana", na tarde de quarta-feira. Justamente esse 'edil' que nunca havia pisado num estádio pra ver o Sampaio jogar pelo Campeonato Maranhense.**

***** Continuando no quesito: pior de tudo foi vereador "Falábia na Câmara", no calor da empolgação, soltar uma 'pérola' no estilo "Tratorzão". O tal 'edil' sugeriu ao presidente "Sérgio é Frota" que passasse a doar ingressos dos jogos do Sampaio pra desembargadores, juizes, políticos e empresários locais. Segundo "Falábia na Câmara", esse tipo de doação surte mais efeito positivo do que "Frota" doar ingresso pra 'torcedor liso'. Me compre uma 'jumenta' na loteria esportiva da Madre Deus!!!**

***** Por que em vez da Promotora do Consumidor se preocupar com superlotação do Estádio Castelão, em jogos da 'Bolívia Querida', ela não procura fiscalizar 'superlotação' dos ônibus que circulam em São Luís??? Se a preocupação é por causa da "casa cheia", então "vamo" fiscalizar o "busão" superlotado que transita caindo aos pedaços, diariamente na capital maranhense. Tss, tss, tss!!!**

Orçamento do estado prioriza desenvolvimento

As secretarias da Agricultura, Indústria e Comércio, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Infraestrutura são as que mais recursos receberão em 2014. É o que prevê o Orçamento do estado encaminhado à Assembleia Legislativa. Em entrevista a *O Imparcial*, o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Alexandre Almeida (PTN), justifica a decisão de aumentar percentualmente essas dotações porque elas visam o desenvolvimento do Maranhão. Ele diz, também, que eventuais cortes são adequações necessárias.

POLÍTICA 3

» Entrevista// Alexandre Almeida

Presidente da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa analisa que proposta apresentada pelo governado está de acordo com as demandas sociais locais

'A proposta visa o desenvolvimento'

DIEGO EMIR

Agricultura, Indústria e Comércio, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e Infraestrutura, áreas consideradas fundamentais para desenvolvimento social e econômico do estado, receberam considerável aumento em seus recursos para 2014, pelo menos é o que analisa o deputado estadual Alexandre Almeida (PTN), presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças.

O parlamentar ainda explica que existem muitas dificuldades em montar a peça orçamentária, uma vez que, ano após ano, o governo federal vem diminuindo os repasses aos estados e municípios. Alexandre ainda explica que alterações podem ser feitas, inclusive, rediscutir os repasses para Assembleia e Educação.

O Imparcial - Nos últimos dias, a oposição subiu a tribuna para fazer várias críticas à proposta orçamentária estadual 2014. Faz sentido tanta reclamação?

Alexandre Almeida - Olha, o que nós recebemos foi uma proposta que busca uma adequação orçamentária, a partir da reali-

dade fiscal que vive o país. O estado vive basicamente de duas receitas, a arrecadação própria, que basicamente é formada pelo ICMS e a transferência do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Devemos lembrar que, de um lado, estamos acompanhando o crescimento do ICMS, mas, do outro lado, as transferências constitucionais têm sofrido uma redução. Logo, existe uma preocupação do governo em fazer essa adequação tendo em vista que o que se tinha projetado de transferências constitucionais para esse ano acabou não se confirmando, então, eu acredito que o governo estadual elaborou essa proposta dentro de um espírito mais realista, tendo em vista que a proposta de orçamento é uma projeção, uma vez que dentro do cenário que estamos vivendo, ou seja, existe uma perspectiva de que essa frustração do repasse do FPE continue acontecendo. A proposta então se deu para acompanhar a realidade do país no momento.

Na análise da Comissão de Orçamento, a proposta orçamentária atende à realidade local?

Dizer que está dentro do que se espera é uma pergunta muito

subjetiva. Pois sempre precisamos de mais. Vou repassar algumas informações. Por exemplo, na Secretaria de Agricultura, tivemos um orçamento de R\$ 37 milhões para 2013, mas, para 2014, o estado está prevendo R\$ 58 milhões. Outro dado importante que apresento é na área de Indústria e Comércio, que tinha um orçamento de R\$ 25 milhões e agora são R\$ 37 milhões. Na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, você tem um orçamento de R\$ 442 milhões e agora de R\$ 475 milhões para o próximo ano. Outra informação forte, a Secretaria de Infraestrutura, que mantém uma política de desenvolvimento do estado, tinha R\$ 282 milhões e agora ocorre um salto para R\$ 692 milhões.

Então o orçamento está sendo pensado de uma forma que traga o desenvolvimento do estado?

Sem sombra de dúvida. Eu dei quatro exemplos que garantem isso. A diretriz que o estado tem é atingir o desenvolvimento do estado. É a política mais forte nesse orçamento para 2014.

Atualmente, acompanhamos muitas reclamações de prefeitos e governadores em relação ao repasse dos recursos da União. O senhor

acredita que o governo federal vem travando o crescimento econômico do estado?

Olha o FPE, ele é formado pelo IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) e pelo Imposto de Renda. Então, devemos entender que na hora em que o governo pratica uma política de isenção do IPI, ele vai até o estado e mostra que está sendo tomada uma medida para desenvolver o aumento da compra no comércio. Isto visa aumentar o PIB nacional, então, usa-se a política de isenção do IPI. Mas o estado é que acaba sendo prejudicado nessa história, pois acaba não recebendo esse repasse, que seria seu por direito. Dessa forma, buscamos desenvolver políticas para que o estado fique livre do FPE.

Em sua opinião, o que poderia ser feito então para compensar essas perdas?

Eu acredito que duas coisas podem ser feitas: no Supremo se discute o seguinte, o governo federal concede desconto do IPI e esse imposto é que forma parte do FPM e FPE, então segundo o entendimento de alguns juristas existe a possibilidade de que seja aprovado que o governo federal busque alternativas para compensar essas per-

das que hoje são repassadas aos estados e municípios. Esse é um caminho, mas depende do poder judiciário, uma vez que afeta a Constituição, por deixar claro que a União está interferindo na economia dos estados e municípios, por estar prejudicando os repasses federais, então a autonomia dos estados e municípios está sendo quebrada. Outro caminho é se libertar do FPE, gerando riquezas, aumentando as receitas próprias e é isso que o governo está buscando.

Por isso que o governo preferiu destinar parte do orçamento para áreas estratégicas que podem aumentar a arrecadação?

O foco não é exatamente na



Guerreiro Jr. enaltece a trajetória do TJ-MA na comemoração do seu bicentenário

“Nesses 200 anos de existência, o Tribunal de Justiça do Maranhão teve a percepção de direitos, de harmonia às garantias constitucionais e de compromisso com a paz social”. A afirmação é do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que enaltece a trajetória do TJ-MA na comemoração do seu bicentenário. Em entrevista ao **Jornal Pequeno**, Guerreiro Júnior faz uma conexão entre passado, presente e futuro, e diz que os valores do Tribunal são imutáveis. **PÁGINA 11 [C1]**



Guerreiro Júnior afirma que valores do Tribunal de Justiça são imutáveis

“ Conhecer a nossa história e preservar nossa memória é dever de sobrevivência institucional e democrática. ”

(Guerreiro Júnior)

“Nesses 200 anos de existência, o Tribunal de Justiça do Maranhão teve a percepção de direitos, de harmonia às garantias constitucionais e de compromisso com a paz social”. A afirmação é do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que enaltece a trajetória do TJ-MA na comemoração do seu bicentenário.

Em entrevista ao **Jornal Pequeno**, Guerreiro Júnior faz uma conexão entre passado, presente e futuro, e diz que os valores do Tribunal são imutáveis. “Em dois séculos de história a Corte acompanhou as transformações econômicas e sociais, agindo com autonomia para julgar de forma justa, independente e livre, afirma o presidente do TJ-MA. Leia entrevista:



DESEMBARGADOR Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Jornal Pequeno - Qual a sensação de estar na Presidência do TJ-MA na comemoração do seu bicentenário?

Guerreiro Júnior - É um momento de grande emoção. Nele se reforçam os laços que constituem a própria razão da nossa existência enquanto Poder.

Me sinto muito honrado em estar presidindo o Tribunal nesta data histórica, consagrando o melhor de meu esforço ao correto exercício da delicada arte de administrar.

JP - O que mudou nesses 200 anos?

Guerreiro Júnior - Nesses 200 anos, o TJ-MA acompanhou as transformações econômicas e sociais, agindo com autonomia para julgar, de forma justa, independente e livre.

Sua história representa a garantia do Estado Democrático de Direito com a efetiva distribuição da Justiça em todos os municípios do Estado.

JP - O que foi feito no campo da cidadania?

Guerreiro Júnior - Durante esses dois séculos, mais do que julgar processos - que guardam a história, os problemas, anseios e conflitos do povo maranhense -, o Tribunal revelou outra missão: a de promover cidadania.

Pautado pela melhor prestação de serviços à população, ele vem tendo a percepção de direitos, de harmonia às garantias constitucionais e de compromisso com a paz social.

JP - Quais mudanças merecem destaque?

Guerreiro Júnior - A história contemporânea do Tribunal registra a indispensável conexão entre o passado e o presente que medeia da máquina de escrever, do processo em papel à moderna tecnologia da informação ora

consubstanciada no processo eletrônico, que no Judiciário maranhense avança a passos largos, em um constante processo de modernização, com significativos investimentos para fortalecer a máquina judiciária.

JP - Qual o nível de envolvimento dos magistrados com essas mudanças?

Guerreiro Júnior - Merece elogio a contribuição dos desembargadores - dos fundadores aos atuais - juizes de Direito e servidores na prestação de serviços inerentes à distribuição de Justiça, com eficiência e qualidade, num grau de profissionalismo que nos deixa muito felizes.

JP - O TJ-MA é uma Corte que se mantém atualizada?

Guerreiro Júnior - Hoje, nós temos um planejamento estratégico, plano de gestão, metas, Portal da Transparência. Procuramos nos adiantar no tempo.

Nosso Tribunal é uma referência positiva para o Brasil em produtividade. Temos desembargadores, juizes e servidores compromissados, com visão moderna de Justiça e com experiências brilhantes no campo jurídico e institucional.

JP - Que ensinamentos podemos extrair do bicentenário do TJ-MA?

Guerreiro Júnior - Dirigindo um olhar ao passado, nos inspiramos com as lições de um tribunal que sempre buscou contribuir para o aperfeiçoamento democrático.

Com humildade, procuramos seguir os passos daqueles que nos antecederam, agindo com boa-fé, lealdade e respeito, buscando conquistas importantes para o Judiciário e para a sociedade.

JP - E os exemplos do passado nos dias atuais?

Guerreiro Júnior - Temos trabalhado no sentido de

manter as tradições da nossa Corte, para que ela continue sendo a clava forte da luta pela defesa da Constituição, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito e da Justiça Social.

Os exemplos do passado nos apresentam o desafio de exercermos com serenidade, responsabilidade e coragem, a função institucional de uma Corte comprometida com as garantias constitucionais e com uma prestação jurisdicional rápida e eficiente.

Os 200 anos do Tribunal devem ser comemorados com um olhar atento para o futuro, porém, com o respeito a tudo que foi construído no passado, pois “quem não respeita o seu passado, está fadado a ficar sem futuro”.

JP - O que representa para a Justiça o bicentenário do TJ-MA?

Guerreiro Júnior - Os 200 anos da nossa Corte é uma data ímpar para a justiça maranhense. É o simples fato da data merecer celebrações e homenagens, mostra o sincero e espontâneo reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pelo TJ-MA à sociedade, confirmando que ele trilha o caminho certo, que é a bela Via da Democracia, a maior já percorrida em nossa história republicana.

JP - Qual é o compromisso constitucional do Judiciário maranhense nos dias atuais?

Guerreiro Júnior - A Constituição de 1988 foi sábia ao conceber como fundamental à preservação do Estado Democrático de Direito, pregando um Poder Judiciário independente, vigilante, forte e altivo, compromissados com o ideal de Justiça, estabelecendo condições de garantia dos princípios constitucionais.

JP - Qual é a avaliação da sua gestão?

Guerreiro Júnior - Esta-

mos completando dois anos de gestão e podemos dizer que não eram sonhos o que falávamos quando assumimos o cargo. Não eram utopias ultrapassadas. Não eram discursos para agradar o ouvido ou coração diante de uma solenidade festiva.

Sabíamos que seria uma tarefa difícil, mas também sabíamos que o nosso compromisso e força de vontade nos forneceriam bases sólidas a pautar a nossa ação na presidência.

Com base nelas, apostamos na construção de uma ponte chamada de gestão absolutamente transparente e compartilhada, produzindo uma obra conjunta na concepção e execução.

JP - Quais as perspectivas para o futuro?

Guerreiro Júnior - Hoje estamos numa fase de conquistas e vitórias, graças a um trabalho sério e desenvolvido com muita luta. Avançamos muito.

Os sonhos já começam a se transformar em projetos e ganham forma nas mãos de todos que integram o Tribunal de Justiça do Maranhão. Que venham mais 200 anos de desafios e vitórias!!

Justiça mantém na prisão onze membros do PCM já condenados

A juíza da 4ª Vara Criminal de São Luís, Maria da Conceição Sousa Mendonça, manteve na prisão os 11 integrantes da facção criminosa denominada "Primeiro Comando do Maranhão" (PCM), todos já condenados. Eles são acusados de integrar uma quadrilha armada responsável por assassinatos, assaltos, latrocínios, roubos de carros, tráfico de drogas, além de várias tentativas de fugas. O grupo tem ligação com membros de organização criminosa de âmbito nacional, o PCC. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Estadual.

Considerando a gravidade do crime e a extensa ficha criminal dos réus, a juíza Maria da Conceição Sousa Mendonça manteve a prisão de todos, após recurso dos advogados.

Foram condenados Josué Santos da Silva, o "Gaspar", o líder da quadrilha, e seu auxiliar Rildo Nunes Gomes, o "Gasparzinho", a seis anos de reclusão, cada um, pelo crime de associação criminosa.

Também foram condenados, pelo mesmo crime e com a mesma pena, Marcones dos Santos Sá Menezes, conhecido como "Marcones"; Rafael Alberto Libório Gomes, o "Rafa" ou "Filho do Arupiado"; Carlos Henrique Santos da Silva, o "Tim"; Otávio de Jesus

Ferreira, conhecido como "Mau" ou "Carnicinha"; Charlie Anderson Viana Muniz, o "Chabal" ou "Cabal"; Daniel Oliveira Souza, o "Daniel Comerciante"; Wellington Cardoso Cunha, conhecido como "Coelho"; e Jocivaldo Silva Pereira Júnior, o "Pit Bull".

Além do crime de associação criminosa, foi condenado por porte ilegal de arma de fogo, Pedro Jonhney de Jesus Silva, o "Pedrinho", genro do acusado Marcones Santos, a 9 anos de reclusão e pagamento de 20 dias-multa. Silvan Sales Damasceno, conhecido como "Cachorro Doido", e Ailson da Silva Veiga, o "Bichinho", também foram denunciados, mas tiveram a punibilidade extinta, por terem sido assassinados.

Com exceção de Marcones dos Santos Sá Menezes, declarado ausente, todos os demais acusados permanecem presos. Da sentença da magistrada, publicada em 31 de julho deste ano, recorreram no mês passado, perante o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Josué Santos da Silva, Rildo Nunes Gomes, Marcones dos Santos e Pedro Jonhney de Jesus Silva. Para os que não ingressaram com recurso, este mês a juíza da 4ª Vara Criminal determinou a expedição de carta de sentença à Vara de Execuções Penais para cumprimento das penas.



REPRODUÇÃO/TV

JOSUÉ SANTOS da Silva, o 'Gaspar', vai continuar na cadeia

Josué Santos foi transferido para um presídio de segurança máxima em Campo Grande (MS), em razão de, mesmo preso, continuar comandando parte da quadrilha que ainda se encontra em liberdade, aterrorizando na capital e no interior do Maranhão.

Os acusados também respondem a outros processos em varas criminais, de entorpecentes e do Tribunal do Júri em São Luís.

Consta na sentença da 4ª Vara Criminal que a Polícia Civil, em parceria com o Serviço de Inteligência do 6º Batalhão da Polícia Militar, há meses investigava as atividades da quadrilha.

Segundo o Ministério Público, os membros da facção cometeram vários assassinatos na área da Cidade Olímpica, Vila Janaína e Alemanha. (Ascom do TJ-MA e Redação do JP)